

CAOS NA SAÚDE

Médicos iniciam greve e prefeitura recorre à Justiça para impedi-los

Sem ser notificada sobre qualquer decisão que impeça o movimento, categoria para por tempo indeterminado

LUCAS JUNOT
GABRIELA COUTO

A Procuradoria-Geral do Município de Campo Grande (PGM) entrou ontem (5) com pedido no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul para embargar a greve dos médicos, prevista para hoje. No dia 29, a categoria decidiu pelo movimento, diante da recusa da prefeitura em conceder reajuste de 355%, elevando os salários de R\$ 2.500 para R\$ 11.675,94 e restabelecer os plantões e gratificações cortados em virtude da crise financeira.

De acordo com o Sindicato dos Médicos de Mato Grosso do Sul (Sinmed-MS), os profissionais reduziram o atendimento básico a apenas 30% do efetivo, mantendo sem diminuição de efetivo os serviços de urgência e emergência. A categoria ainda informa que pretende manter a greve por tempo indeterminado, até a prefeitura fazer uma contraproposta digna, ou seja, “reajuste salarial e dos plantões e revogação do decreto que corta as gratificações dos profissionais”.

A ação na Justiça declara o movimento grevista como ilegal e abusivo, consideran-

Saiba

Enfermeiros da Santa Casa param na semana que vem

Na terça-feira, dia 12, os enfermeiros que prestam serviços na Santa Casa da Capital também vão paralisar o atendimento. Neste caso, o ato será feito pela falta do pagamento de salário referente ao mês de abril. Sem contrato com a Prefeitura de Campo Grande desde o mês passado, o hospital informou que não tem como realizar o pagamento.

do que as negociações entre o sindicato e a prefeitura ainda estão abertas e, por isso, não podem ser consideradas frustradas, o que contraria a Lei da Greve. Além disso, o procurador da Capital, Fábio Castro Leandro, argumenta que, em se tratando de um serviço essencial, o movimento fere o disposto na Constituição Federal, acerca do direito à assistência de saúde.

No dia 30 de abril, o sin-



ESPERA. Na UPA Coronel Antonino, cena se repete; demora no atendimento e unidade lotada

dicato encaminhou ofício à prefeitura informando a rejeição às propostas do Executivo Municipal, que é de 0% de reajuste, e comunicando o início da greve nesta quarta-feira.

A PGM argumenta que a medida é um “ato extremo”. O procurador, Fábio Leandro, reitera a impossibilidade

de conceder aumento neste ano, em face dos problemas pelos quais a administração passa. “Só podemos comprometer a folha com 54%, qualquer aumento ultrapassará o limite da responsabilidade fiscal”, explica.

Em outro dispositivo da Lei da Greve, a norma incumbe aos sindicatos, empregado-

res e trabalhadores a garantia da continuidade na prestação de serviços indispensáveis da comunidade. Para a PGM, a medida é uma “retaliação por conta dos cortes de plantões e gratificações”.

Na conclusão do pedido ao Tribunal de Justiça, a procuradoria solicitou a suspensão preventiva da greve e com

penalidade de multa de R\$ 100 mil ao dia no caso de descumprimento.

O procurador-geral ainda declarou que, dada a crise econômica do município, todas as categorias que lançarem-se à paralisação estão sob o alvo de ação semelhante.

O Sinmed disse, por meio de sua assessoria de imprensa, que não foi comunicado nem notificado oficialmente sobre a ação na Justiça, mantendo, portanto, os planos de greve para hoje.

CAOS

As discussões sobre reajuste salarial, cuja data-base é o mês de maio, não são exclusividade dos médicos. Diversas categorias reivindicam reajustes de percentuais bem menores do que os que são exigidos pelos profissionais da saúde, mas o Executivo permanece irredutível, alegada a crise decorrente do limite estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (54%). A prefeitura informou que o limite prudencial, que é de 51,3%, já foi excedido e que, atingido o teto máximo, fica configurada a prática de improbidade administrativa.

NEGOCIAÇÕES

Servidores do Estado também não aceitam reajuste zero

A onda de reivindicações de reajustes salariais em maio também bate à porta do Estado. Diversas categorias, representadas por seus sindicatos, recusam-se a aceitar a ideia de que o governo não concederá o benefício aos servidores, sob argumentação de que a correção salarial já foi aplicada aos rendimentos dos funcionários públicos de Mato Grosso do Sul. O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) disse recentemente que o aumento foi “antecipado” em dezembro do ano pas-

sado para todas as categorias.

O presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Mato Grosso do Sul (Sinpol-MS), Alexandre Barbosa da Silva, por exemplo, argumenta que o direito ao reajuste aplica-se anualmente e que os índices aplicados em dezembro do ano passado referem-se à negociação de 2013, quando o percentual foi concedido de forma escalonada: em maio daquele ano e nos meses de maio e dezembro de 2014. “Estamos aguardando audiência para discutir com o governo

do Estado. Já discordamos dessa teoria de que o reajuste já foi concedido, não aceitamos essa desculpa porque o percentual aplicado é de uma negociação antiga”, declarou.

O representante da categoria conta ainda que, na campanha eleitoral, o então candidato ao governo estadual, Azambuja, havia prometido que elevaria o salário dos policiais entre os cinco mais bem pagos do País. “O quinto melhor salário pago para a categoria no País é de R\$ 5 mil, nós ganhamos R\$ 3,6 mil, então,

queremos que o governador cumpra sua promessa de campanha”, pontuou.

Representante dos servidores da administração penitenciária do Estado (Sinsap-MS), André Luiz Garcia Santiago, diz que as categorias da segurança pública tentam há algum tempo, sem sucesso, diálogo com o Executivo Estadual, mas o governo não tem mostrado o respeito prometido nas eleições de 2014. “Só estamos cobrando o que foi uma promessa de governo, mas temos tido dificuldades até em obter respostas oficiais para os ofícios que encaminhamos”.

Segundo Garcia, “o governo alega problemas na arrecadação, mas este não é um problema dos servidores. O reajuste

é previsto em lei. Além disso, como pode haver problema na arrecadação se reduziram a alíquota de 17% para 12%?”, questiona. Essa redução é referente à alíquota do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias (ICMS), que incide sobre o óleo diesel, mas que ainda não foi aprovada.

A Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems), que teve o piso nacional de 13,01% aplicado em janeiro, ainda reivindica o índice de reajuste de 10,98%, estabelecido na lei 4.464/2013, além do reajuste dos funcionários administrativos da educação. A assessoria de imprensa da federação informou que a categoria tem um prazo estabelecido, de comum acordo com o Estado,

para fechar as negociações até 15 de maio.

Ontem de manhã, algumas categorias que se reuniram em frente à governadoria foram recebidas para conversar sobre um possível reajuste. Em nota, a assessoria de comunicação do Estado informou que os servidores foram atendidos pelos secretários de governo e Gestão Estratégica, Eduardo Riedel, da Casa Civil, Sérgio de Paula e de Administração, Carlos Alberto de Assis, para tratar sobre o reajuste salarial. Conforme o secretário Eduardo Riedel, o governo está analisando os números do Estado e convocará, na quinta-feira (7), uma reunião com o Fórum dos Servidores Públicos. (LJ)

NA LUTA

Sem-terra marcham 60 km pela retomada da reforma agrária

Aproximadamente 800 integrantes de movimentos sociais de luta pela terra chegaram ontem a Campo Grande, depois de percorrer, a pé, 60 km desde o distrito de Anhanduí, por cinco dias. A marcha foi em protesto pela reforma agrária no Estado e também pela reestruturação do Instituto Nacional de Colonização

da Reforma Agrária (Incra).

Além de movimentos sem-terra, também engrossaram o manifesto às centrais sindicais e indígenas da etnia Guarani-Kaiowá, que participaram para protestar contra a PEC 215, que, se aprovada, passa o poder da demarcação de terras do Executivo para o Legislativo. Além disso, os manifestan-

tes também protestaram contra o projeto de terceirização.

Na quarta-feira (29), Celso Cestari pediu exoneração do cargo de superintendente estadual do Incra, nomeado em 2011. Responde interinamente pelo órgão o servidor Sidney Ferreira, e até o fim da semana um novo superintendente deve ser indicado.

Os movimentos sem-terra ainda sentem o impacto de uma nova medida adotada pelo Incra, que muda o critério de distribuição de terras. Agora, acampados não vão mais precisar ficar à beira das rodovias para garantir uma área, e qualquer pessoa pode realizar cadastro no órgão e concorrer a um lote. (AM)



MANIFESTO. Cerca de 800 pessoas protestaram ontem, no centro